

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE OS NEGÓCIOS SOCIAIS E PRINCIPAIS FATOS ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO FINDO**

Relatório de Gestão da Companhia de Desenvolvimento, Turismo e Inovação de Vitória (CDTIV) referente ao exercício de 2020, em atendimento a Lei 6.404/76 e art. 1º e ao Anexo III – Prestação de Contas Anual dos Ordenadores de Despesas da Administração Direta e Indireta, da Instrução Normativa do Tribunal, de Contas, do Estado do Espírito Santo – IN TC nº 043/2017, Decreto Municipal de nº 17.883, de 18 de outubro de 2019, em seu Art. 22.

A Lei nº 2.669, de 13 de fevereiro de 1980, autorizou o Município de Vitória a constituir a Companhia de Desenvolvimento, Turismo e Inovação de Vitória (CDTIV), recentemente alterada pela Lei nº 9.626 de 9 de março de 2020 que definiu novas atribuições e alterou o nome da Companhia.

A CDTIV é uma empresa pública municipal, pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de sociedade anônima e que iniciou suas atividades em 1987. Tem como único acionista o Município de Vitória.

Está estruturada em três atividades finalísticas: desenvolvimento, atuando com concessões e feiras; turismo, responsável pela implementação de políticas públicas para o segmento e realização de eventos na cidade; e inovação, também responsável pela implementação de políticas públicas, tendo como principal projeto a implantação do Centro de Inovação no Parque Tecnológico de Vitória.

A atual gestão da Companhia assumiu em fevereiro de 2021, encontrado condições adversas para a boa governança corporativa. Além da situação de pandemia que aflige toda a humanidade, a CDTIV passou por diversos problemas de gestão no ano de 2020, entre eles, relevante citar a substituição do profissional responsável pela contabilidade comercial no mês de outubro, resultando em perda de informação na transferência das atividades.

As condições econômicas da Companhia também não foram favoráveis, isso porque possui como principal fonte de receita as concessões dos quiosques da Curva da Jurema e de Camburi, além de outros restaurantes e lanchonetes espalhados pela cidade, atividades que sofreram restrições de funcionamento em 2020, por consequência da pandemia. Da mesma forma, outras relevantes entregas para a sociedade que são os grandes eventos como Carnaval das Escolas de Samba Capixabas e a festa de Réveillon na Praia de Camburi não puderam acontecer.

A despeito disso, ainda foi possível realizar algumas ações, como o Festival da Torta Capixaba em formato delivery, em parceria com empresa de entregas local. Porém, a própria Companhia não

conseguiu se adaptar ao meio digital, permanecendo com processos em papel e também carentes de adequados controles de circulação. Neste mesmo sentido, as equipes muito reduzidas da empresa restringem a melhoria dos processos. Isso porque mais de 90% dos empregados públicos efetivos tem nível de ensino médio, atuando como assistentes nos processos de gestão, carecendo colaboradores de nível superior em setores estratégicos como tecnologia da informação, contabilidade, financeiro, recursos humanos, orçamento, estratégia, compliance e para as atividades finalísticas.

Para a gestão 2021-2024, a meta é tornar a CDTIV superavitária, cada vez menos dependente do recurso do acionista, o que ocorrerá por meio da profissionalização das suas atividades, implantação de processos estruturados de governança corporativa, melhores práticas de gestão de negócios e virtualização dos processos e ampliação das atividades finalísticas. A realização de projetos estruturados por meio de gestão estratégica, visa colocar a CDTIV como protagonista do desenvolvimento do Município de Vitória.

Em 2021, na área de inovação, o foco será no desenvolvimento de habitats sob responsabilidade da CDTIV, em especial o Centro de Inovação do Parque Tecnológico de Vitória, assim como colaboração para a melhoria do ambiente de negócio por meio da Lei Municipal de Inovação. Em desenvolvimento, uma das frentes será a implantação e regularização de infraestrutura para esporte e lazer náutico, compreendendo guarderias, marinas e flutuante. Também faz parte do programa de trabalho o desenvolvimento e a ampliação das concessões, com a ocupação de espaços como o Mercado da Capixaba, a ser restaurado pela Prefeitura de Vitória. Fomentar, gerir e ampliar o Programa Artes na Praça e Food Trucks, a partir de modelos de segurança e prevenção contra a disseminação do coronavírus. No segmento de turismo, em 2021, o principal objetivo é realizar ações que sejam adaptadas ao momento de pandemia, colaborando com o setor que passa por momento de dificuldades, como a segunda edição do Festival da Torta Capixaba em formato delivery e ações voltadas para o mar, como o Projeto de Observação de Baleias.

Na gestão, o desafio também é grande, sendo o principal foco a adequação da Companhia à Lei das Estatais nº 13.303/2016, com a implantação de processos de governança corporativa e compliance.



**Notas Explicativas sobre as demonstrações contábeis em  
31 de dezembro de 2020.**



Companhia de Desenvolvimento,  
Turismo e Inovação de Vitória

**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro**

**Em reais**

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>Passivo e patrimônio líquido</b>	<b>Nota</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Circulante</b>		<b>1.450.764,05</b>	<b>1.676.378,00</b>	<b>Circulante</b>		<b>1.357.031,47</b>	<b>2.303.035,56</b>
Disponibilidades		<b>1.129.999,54</b>	<b>1.512.052,34</b>	Fornecedores e outras contas a pagar	14	425.639,61	1.602.743,95
Bancos conta movimento	4	803.174,31	1.184.800,09	Obrigações trabalhistas	15	2.000,00	4.000,00
Aplicações financeiras	5	326.825,23	327.252,25	Obrigações fiscais	16	204.885,56	51.045,68
<b>Direitos realizáveis</b>		<b>320.764,51</b>	<b>164.325,66</b>	Provisões de férias e encargos	17	498.745,66	466.774,41
Contas a receber de concessionários	6	266.521,76	107.763,25	Outros passivos circulantes	18	177.986,12	141.606,22
Impostos e contribuições a recuperar	7	5.387,89	50,56	Provisões para contingências	19	47.774,52	36.865,30
Estoque	8	4.770,58	11.316,98				
Outros Créditos		727,88	5.845,04				
Adiantamentos	9	43.356,40	39.349,83				
<b>Não Circulante</b>		<b>5.761.952,38</b>	<b>5.761.782,20</b>	<b>Não circulante</b>	19	<b>328.424,74</b>	<b>23.256,68</b>
				Provisões para contingências		328.424,74	23.256,68
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>27.549,29</b>	<b>27.379,11</b>				
Contas a receber de concessionários	6	-	-				
Depósitos judiciais	10	27.549,29	27.379,11				
<b>Investimentos</b>	11	<b>5.734.403,09</b>	<b>5.734.403,09</b>				
Investimentos		5.734.403,09	5.734.403,09	<b>Patrimônio líquido</b>		<b>5.760.138,60</b>	<b>5.424.337,89</b>
<b>Imobilizado</b>	12	<b>174.872,45</b>	<b>273.291,93</b>	Capital social	20	3.740.825,00	3.740.825,00
Imobilizado		174.872,45	273.291,93	Ajustes de Avaliação Patrimonial	21	3.070.627,09	3.070.627,09
<b>Intangível</b>	13	<b>58.005,93</b>	<b>39.178,00</b>	Prejuízo Acumulado	22	(1.366.708,50)	(1.387.114,20)
Intangível		58.005,93	39.178,00	Reserva de Lucro	23	315.395,01	
<b>Total do ativo</b>		<b>7.445.594,81</b>	<b>7.750.630,13</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>7.445.594,81</b>	<b>7.750.630,13</b>



**Demonstrações do resultado**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em reais**

	Nota	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<b>Receita operacional bruta</b>		<b>10.897.801,93</b>	<b>9.046.431,26</b>
Subvenção econômica	24	10.506.938,02	8.027.749,68
Concessões	25	390.863,91	1.018.681,58
<b>Dedução da receita</b>	<b>26</b>	<b><u>(37.066,56)</u></b>	<b><u>(111.044,22)</u></b>
COFINS	26	(30.454,69)	(91.235,19)
PIS	26	(6.611,87)	(19.809,03)
<b>Receita Líquida</b>		<b><u>10.860.735,37</u></b>	<b><u>8.935.387,04</u></b>
<b>Despesas (Receitas) operacionais</b>	<b>27</b>	<b><u>(10.341.040,92)</u></b>	<b><u>(9.313.052,32)</u></b>
Despesas gerais e administrativas	27	(10.246.095,76)	(10.658.834,67)
Depreciação e Amortização	27	(102.447,25)	(99.287,15)
Despesas financeiras	27	(2.460,38)	(48.861,75)
Receitas financeiras	27	9.962,47	38.344,33
Outras receitas operacionais	27		1.800.705,27
Provisão para Créditos de Liqu. Duvidosa	27		(345.118,35)
<b>Resultado operacional</b>		<b><u>519.694,45</u></b>	<b><u>(377.665,28)</u></b>
<b>Resultado antes CSLL e IR</b>		<b><u>519.694,45</u></b>	<b><u>(377.665,28)</u></b>
Contribuição Social	28	(57.255,74)	(15.011,81)
Imposto de Renda	28	(147.043,70)	(35.699,48)
<b>(Prejuízo) Lucro Líquido do Período</b>		<b><u>315.395,01</u></b>	<b><u>(428.376,57)</u></b>
<b>Quantidade de Ações do Capital Social Integralizado</b>		<b>3.740.825</b>	<b>3.740.825</b>
<b>(Prejuízo) Lucro Líquido por Ação do Capital Social</b>		<b><u>0,08</u></b>	<b><u>(0,11)</u></b>

*As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.*



Companhia de Desenvolvimento,  
Turismo e Inovação de Vitória

### **Demonstração das mutações do patrimônio líquido** **Em reais**

<b>Discriminação</b>	<b>Capital social</b>	<b>Ajuste de Avaliação Patrimonial</b>	<b>Prejuízo acumulados</b>	<b>Patrimônio líquido</b>
<b>Saldos em 01/01/2019</b>	<b>3.740.825,00</b>	<b>-</b>	<b>(1.013.757,57)</b>	<b>2.727.067,43</b>
Prejuízo do período			(428.376,57)	(428.376,57)
Ajuste de exercícios anteriores			55.019,94	55.019,94
<b>Saldos em 31/12/2019</b>	<b>3.740.825,00</b>	<b>-</b>	<b>(1.387.114,20)</b>	<b>2.353.710,80</b>
Lucro do período			315.395,01	315.395,01
Ajuste de exercícios anteriores			20.405,70	20.405,70
Ajuste de Avaliação Patrimonial		3.070.627,09		3.070.627,09
<b>Saldos em 31/12/2020</b>	<b>3.740.825,00</b>	<b>3.070.627,09</b>	<b>(1.051.313,49)</b>	<b>5.760.138,60</b>

*Mutativas da Administração são parte integrante das demonstrações*



**Demonstrações dos fluxos de caixa**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**em reais**

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>315.395,01</b>	<b>(428.376,57)</b>
Ajustes por:		
Ajuste de exercício anterior	20.405,70	55.019,94
Depreciação e amortização	102.447,25	99.287,15
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>438.247,96</b>	<b>(274.069,48)</b>
<b>Aumento (diminuição) das contas dos grupos do ativo e passivo circulantes e não circulantes</b>		
Contas a receber de concessionários (CP e LP)	(158.758,51)	324.837,91
Outros Créditos	(873,25)	(91,21)
Adiantamentos	2.711,72	(27.525,54)
Impostos e contribuições a recuperar	(6.065,21)	689,04
Estoque	6.546,40	(11.316,98)
Depósitos judiciais	(170,18)	(19.765,04)
Fornecedores e outras contas a pagar	(1.141.544,99)	771.735,88
Obrigações trabalhistas	(2.000,00)	4.000,00
Obrigações sociais	820,55	
Obrigações fiscais	164.749,10	(80.279,46)
Outros passivos circulantes		30.549,14
Provisões de férias e encargos	31.971,25	(7.021,46)
Provisões para contingências	305.168,06	(683.165,34)
<b>Caixa líquido obtido/(aplicado) nas atividades operacionais</b>	<b>(797.445,06)</b>	<b>302.646,94</b>
Transferencia para Investimento		(5.734.403,09)
Transferência de Imobilizado		2.663.776,00
Baixa de Imobilizado		6.724,08
Aquisição de Imobilizado		(1.240,00)
Aquisição de Intangível	(22.855,70)	(39.178,00)
<b>Caixa líquido obtido/(aplicado) nas atividades investimento</b>	<b>(22.855,70)</b>	<b>(3.104.321,01)</b>
Ajuste de avaliação patrimonial		3.070.627,09
<b>Caixa líquido obtido/(aplicado) nas atividades Financiamento</b>	<b>-</b>	<b>3.070.627,09</b>
<b>Aumento (Diminuição) de caixa e equivalente caixa</b>	<b>(382.052,80)</b>	<b>(5.116,46)</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	1.512.052,34	1.517.168,80
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	1.129.999,54	1.512.052,34
<b>Varição de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>(382.052,80)</b>	<b>(5.116,46)</b>

*As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.*



## **NOTAS EXPLICATIVAS – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020.**

A Companhia de Desenvolvimento de Vitória – CDV é uma Empresa Pública Municipal de direito privado sob a forma de Sociedade Anônima, sendo seu único acionista o Município de Vitória. A Companhia foi autorizada pela Lei Municipal/ES nº 2.669, de 13 de fevereiro de 1980, com as alterações constantes das Leis Municipais/ES nº 3.345, de 11 de julho de 1986 e 5.948, de 16 de julho de 2003, e Decreto Municipal/ES nº 13.112, de 23 de dezembro de 2006.

Constituída em 03 de abril de 1987, registrada sob o CNPJ nº 31.482.631/0001-18, seu objeto social é a execução das atividades de planejamento e desenvolvimento de projetos e concessões buscando a sustentabilidade dos empreendimentos para a Cidade de Vitória/ES, competindo-lhe especialmente, como objetivos gerais a formulação, supervisão e a implementação de uma política de desenvolvimento do Município de Vitória/ES, incentivando notadamente o desenvolvimento tecnológico além de promover a articulação para atrair a instalação de novas empresas no Município de Vitória, dentre outros objetivos. A partir de janeiro de 2018, as atribuições do Turismo do Município de Vitória passaram a ser geridas pela Companhia de Desenvolvimento de Vitória.

Em face ao momento desafiante que nos foi apresentado no corrente ano de 2020, a Companhia de Desenvolvimento de Vitória – CDV, seguindo as normas preconizadas pelas autoridades sanitárias, implementou o sistema de distanciamento social, com trabalho home office, rodízio na escala de colaboradores que se fazia essencial a presença, assim como em suas instalações o uso de álcool gel, de ventilação natural dentre outros.

Para o exercício 2021, a Companhia de Desenvolvimento de Vitória – CDV continuará adotando as melhores práticas no que se refere ao desempenho de suas atividades.

### **1) Aprovação e Apresentação das Demonstrações Contábeis**

Estas demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas sua emissão pela Diretoria da Companhia de Desenvolvimento de Vitória.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis correspondem às normas e orientações que estão vigentes para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020.

As demonstrações contábeis da Companhia incluem estimativas referentes à contabilização de certos ativos, passivos e outras transações, tais como a determinação das vidas úteis econômicas do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para Imposto de Renda e Contribuição Social, e outras estimativas.

### **2) Resumo das Principais Práticas Contábeis**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com a Norma Internacional de Relatórios Financeiros (IRFS) para Empresas Pequenas e de Médio Porte e de acordo com as práticas contábeis

adotadas no Brasil conforme a Resolução CFC de nº 1.255, de 10.12.09, NBC TG 1000 – contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

**a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua (a moeda funcional). As demonstrações contábeis estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia e, também, sua moeda de apresentação.

**b) Classificação dos ativos circulante e não circulante**

São apresentados por valores de custo ou de realização, e incluem quando requerido, as variações monetárias e rendimentos. Estão classificados no circulante os ativos cujas realizações ou recebimentos dar-se-ão até o término do exercício seguinte.

**c) Banco conta Movimento e Aplicações Financeiras**

Banco conta Movimento e Aplicações Financeiras incluem depósitos bancários, aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez. (Notas 4 e 5).

**d) Contas a receber de concessionários**

As contas a receber de concessionários (Nota 6) são registradas no ativo circulante e no não circulante de forma individualizada observando o regime de competência de exercícios.

**e) Investimentos**

O ativo classificado como Propriedade para Investimento refere-se a terreno mantido pela Companhia para obter renda, seja por locação ou por ganho de capital, e está classificado no Ativo não Circulante.

O Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 28 determina o seguinte conceito de Propriedade para Investimento: “é a propriedade (terreno ou edifício – ou parte) mantida pelo proprietário (ou arrendatário em arrendamento financeiro) para auferir aluguel ou para valorização do capital ou para ambas”.

A Propriedade para Investimento pode ser avaliada a valor justo ou valor de custo (Nota 11)

**f) Imobilizado**

Os bens integrantes do Imobilizado (Nota 12) estão demonstrados ao custo de aquisição ou construção, ajustado por depreciações acumuladas e quaisquer outras perdas. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas estabelecidas pela legislação do Imposto de Renda e CPC 01. (Nota 12)

**g) Intangível**

Os bens intangíveis compreendem Licenças de *Software* , (Nota 13).

**h) Demais ativos circulantes e não circulantes**

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do Balanço.

**i) Classificação dos passivos circulante e não circulante**

São apresentadas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável dos correspondentes encargos das variações monetárias ou contratuais incorridas. Estão classificados no Circulante os Passivos vencidos ou a vencer, cujas datas de exigibilidade dar-se-ão até o término do exercício seguinte.

**j) Provisão para contingências**

A provisão para contingências (Nota 19) está relacionada a processos de natureza trabalhista e tributária. É reconhecida, em função de um evento passado, quando a CDV tem uma obrigação legal que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

**k) Demais passivos**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos dos correspondentes encargos até a data do balanço.

**l) Apuração do resultado**

O resultado das operações sociais é reconhecido em observância ao regime contábil de competência de exercício.

**m) Demonstração do Fluxo de Caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 R2.

**n) Estimativas Contábeis**

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a elaboração das demonstrações contábeis requer o uso de julgamento na determinação e reconhecimento de estimativas contábeis. As estimativas da Administração envolvem a análise de ativos e passivos, mediante premissas que incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa, valor residual do imobilizado, provisão para indenização trabalhista, valor justo para propriedade de investimento e outras estimativas e julgamentos feitos pela administração.

Os resultados efetivos podem se apresentar diferentes dessas estimativas e julgamentos feitos pela Administração. A empresa declara que não identificou quaisquer outras informações relevantes e que pudessem impactar na tomada de decisões dos usuários de demonstrações contábeis.

### 3) Banco conta Movimento

Banco conta movimento corresponde a depósitos bancários e de livre movimentação, assim representadas:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Banco Brasil – CDV/Subv – 9.875-2	1.002,25	1.002,25
Banestes S/A – B Ferreira – 27.078.989	788.661,03	1.168.855,99
Banestes Concessão – 28.977.619	13.411,03	14.941,85
<b>Banco conta movimento</b>	<b><u>803.174,31</u></b>	<b><u>1.184.800,09</u></b>

### 4) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são registradas pelo seu valor original. Os juros, atualização monetária, assim como as variações decorrentes da avaliação ao valor original, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Banestes Concessão/Aplicação 28.977.361	220.744,45	214.887,42
Banestes – Poupança	106.080,78	112.364,83
<b>Aplicações financeiras</b>	<b><u>326.825,23</u></b>	<b><u>327.252,25</u></b>

### 5) Contas a receber de concessionários

A CDV possui créditos com concessionários que estão sendo cobrados judicialmente. Foram feitas Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa com base no critério de probabilidade de perda dessas ações judiciais conforme relatório emitido pela Assessoria Jurídica da Companhia. A carteira de concessão está assim composta:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Clientes - Concessão - Ativo Circulante	1.557.185,38	1.398.426,87
(-) Provisão para Crédito Liquidação Duvidosa	(1.290.663,62)	(1.290.663,62)
Clientes - Concessão - Ativo não Circulante	1.471.630,71	1.471.630,71
(-) Provisão para Crédito Liquidação Duvidosa	(1.471.630,71)	(1.471.630,71)

<b>Contas a receber de concessionários</b>	<b>266.521,76</b>	<b>107.763,25</b>
--	-------------------	-------------------

#### 6) Impostos e contribuições a recuperar

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Impostos e contribuições a recuperar	5.387,89	50,56
<b>Impostos e contribuições a recuperar</b>	<b>5.387,89</b>	<b>50,56</b>

#### 7) Estoque

O Estoque refere-se a materiais de consumo e expediente estimados a atender o consumo interno da Companhia.

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Estoque	4.770,58	11.316,98
<b>Estoque</b>	<b>4.770,58</b>	<b>11.316,98</b>

#### 8) Adiantamento

O valor refere-se a adiantamentos feitos para Funcionários, que gozarão férias em janeiro de 2021 e sua baixa acontecerá na geração da folha de pagamento de janeiro, assim com o Adiantamento de Coopmetro.

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Adiantamento de Férias	31.942,65	38.448,22
Adiantamento de Coopmetro	553,66	901,61
Vale transporte	4.141,80	0,00
<b>Adiantamentos</b>	<b>36.638,11</b>	<b>39.349,83</b>

#### 9) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais referem-se a processos trabalhistas.

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Depósitos Judiciais	27.549,29	27.379,11
<b>Depósitos judiciais</b>	<b>27.549,29</b>	<b>27.379,11</b>

## 10) Investimentos

No exercício de 2019, a Companhia de Desenvolvimento de Vitória - CDV, reclassificou a conta Terreno do grupo de Ativo Imobilizado como Propriedade Para Investimentos - PPI, no grupo Ativo Investimentos, sendo mensurado pelo valor justo. Valor este baseado no Parecer Técnico da Comissão Permanente de Engenharia de Avaliações - COPEA da Prefeitura Municipal de Vitória, obedecendo às diretrizes, às técnicas e as recomendações da NBR 14653 (ABNT). A metodologia empregada no estudo apurou um valor de venda (valor justo) de R\$ R\$ 5.734.403,09 para o terreno. A reclassificação foi fundamentada conforme deliberação de Diretoria, onde fica clara a intenção da CDV em auferir renda e ganho de capital com este Ativo.

	<b>2019</b>	<b>2019</b>
Propriedade para Investimento	2.663.776,00	2.663.776,00
Ajuste de Avaliação Patrimonial a Valor Justo	3.070.627,09	3.070.627,09
<b>Propriedade p Investimentos</b>	<b>5.734.403,09</b>	<b>5.734.403,09</b>

## 11) Imobilizado

A Companhia apresentou um Imobilizado no valor líquido no valor de R\$ 174.872,45.

A conta redutora Instalação Bens de Terceiro no Galpão das Paneleiras, cujo valor residual é de R\$ 125.543,20, contido no processo administrativo nº 4647095/2016 encontra-se em tramitação para doação ao Município de Vitória.

O valor da depreciação em 2020 é R\$ 98.419,48 e no ano de 2019 é R\$ 99.287,15 .

	<b>Taxa de De- preciação</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Móveis e Utensílios	10%	193.723,91	193.723,91
Aparelhos	10%	30.147,06	30.147,06
Som, Vídeo e Equipamentos	10%	8.496,90	8.496,90
Materiais Fotográficos e Equipamentos	10%	2.567,80	2.567,80
Veículos	20%	66.750,00	66.750,00
Equipamentos para Manutenção	10%	24.295,30	24.295,30
Maquinas de Produção	10%	127.330,40	127.330,40
Instalações Bens de Terceiros	10%	715.618,38	715.618,38
Equipamentos de Informática	20%	403.958,53	403.958,53
Máquinas de Escritório		274,63	274,63
Terrenos		0,00	0,00
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>		<b>1.573.162,91</b>	<b>1.573.162,91</b>
Galpão Paneleiras - Inst. Bens de Terceiro		(125.543,20)	(125.543,20)
<b>Contas Redutoras</b>		<b>(125.543,20)</b>	<b>(125.543,20)</b>

Depreciação Acumulada	(1.272.747,26)	(1.174.327,08)
<b>Imobilizado Líquido</b>	<b>174.872,45</b>	<b>273.291,93</b>

## 12) Intangível

O valor de R\$ 39.178,00 refere-se à compra da licença de software micro software SQL server de vida útil perpétua portanto não foi amortizado. Aquisição em 2020 de R\$6.581,90 de licença firewall.

	2020	2019
Licenças	45.759,90	39.178,00
Uso de software	90.361,00	90.361,00
	16.273,80	<b>0,00</b>
<b>Bens intangíveis</b>	<b>152.394,70</b>	<b>90.361,00</b>
Amortização Acumulada	(94.388,77)	(90.361,00)
<b>Bens Intangíveis Líquidos</b>	<b>58.005,93</b>	<b>39.178,00</b>

## 13) Fornecedores e Outras contas a Pagar

	2020	2019
Fornecedores	425.639,61	1.602.743,95
<b>Fornecedores e Outras contas a Pagar</b>	<b>425.639,61</b>	<b>1.602.743,95</b>

## 14) Obrigações trabalhistas

	2020	2019
Indenizações/Resc Trabalhistas a Pagar	0,00	0,00
Auxilio Creche Guardiã a Pagar	2.000,00	4.000,00
<b>Obrigações Trabalhistas</b>	<b>2.000,00</b>	<b>4.000,00</b>

## 15) Obrigações Fiscais

	2020	2019
Provisão para Imposto de Renda	132.076,46	35.699,48
Provisão para Contribuição Social	49.707,53	15.011,81
Provisão para PIS	4.115,30	59,64
Provisão para COFINS	18.955,37	274,75
ISS A Recolher	30,90	0,00

PIS/COFINS/CSLL	0,00	0,00
<b>Obrigações fiscais</b>	<b>204.885,56</b>	<b>51.045,68</b>

#### 16) Provisões de Férias e Encargos

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Obrigações a pagar - Férias Diretoria	236.936,11	231.843,45
Provisão para Férias Funcionários	205.837,31	183.635,16
Provisão para INSS	40.531,62	37.671,79
Provisão para FGTS	15.440,62	13.624,01
<b>Provisões de férias e encargos</b>	<b>498.745,66</b>	<b>466.774,41</b>

#### 17) Outros Passivos Circulantes

A Pensão Vitalícia refere-se ao processo de natureza trabalhista nº 00651.2006.008.17.0-1.

O Valor de Caução refere-se a recursos provenientes de depósito de caução dos concessionários a serem restituídos aos mesmos no final do contrato.

O valor de adiantamento de clientes refere-se ao recebimento de concessões após publicada a PORTARIAS Nºs 011e 12//2020.

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Empréstimo Consignado BB	0,00	0,00
Empréstimo Consignado Banestes	3.023,78	0,00
Ressarcimento Despesas Cartoriais - Adservicon	0,00	0,00
Pensão Vitalícia	60.373,00	29.241,39
Cauções	106.046,52	112.364,83
Adiantamento de Clientes	7.722,27	
<b>Outros Passivos Circulantes</b>	<b>177.165,57</b>	<b>141.606,22</b>

#### 18) Provisões para Contingências

O valor registrado Passivo Circulante em 2020 totaliza R\$ 47.774,52 e se refere ao processo trabalhista número 0000651-45.2019.5.17.0009, com valor de R\$ 47.774,52 tratando-se de ação para incorporação de gratificação de função e reflexos.

O valor total de R\$ 328.424,74 refere-se a: R\$ 92.248,12 processo trabalhista 0000879.75.2018.6.17.002, de incorporação de gratificação e reflexos, encontra-se em *sine die* para sentença; R\$ 56.931,59 processo trabalhista 0001394.64.2019.5.17.0006; R\$ 114.245,03 processo Usiminas; R\$ 15.000,00 Pier Vitoria Hotel e R\$50.000,00 Associação Juntos sos.

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Provisão para Contingência PC	47.774,52	36.865,30
<b>Provisão para contingência PC</b>	<b>47.774,52</b>	<b>36.865,30</b>

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Provisão para Contingência PNC	328.424,74	23.256,68
<b>Provisão para contingência PNC</b>	<b>328.424,74</b>	<b>23.256,68</b>

#### 19) Capital social

O Capital Social integralizado é de R\$ 3.740.825,00 dividido em 3.740.825 ações ordinárias nominativas no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Capital Social Integralizado	3.740.825,00	3.740.825,00
<b>Capital social Integralizado</b>	<b>3.740.825,00</b>	<b>3.740.825,00</b>

#### 20) Ajuste da Avaliação Patrimonial

Refere-se à diferença entre o valor justo e valor de custo do terreno avaliado pela COPEA – Comissão Permanente de Avaliação da Prefeitura Municipal de Vitória, obedecendo às diretrizes, às técnicas e as recomendações da NBR 14653 (ABNT).

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Ajuste da Avaliação Patrimonial	3.070.627,09	3.070.627,09
<b>Ajuste de Avaliação Patrimonial</b>	<b>3.070.627,09</b>	<b>3.070.627,09</b>

#### 21) Prejuízos Acumulados

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Lucro/Prejuízo do Exercício	315.395,01	(428.376,57)
Prejuízos acumulados de exercícios anteriores	(1.387.114,20)	(1.104.239,11)

Ajuste exercício anterior	20.405,70	145.501,68
<b>Resultado</b>	<b>(1.051.313,49)</b>	<b>(1.387.114,20)</b>

## 22) Receita Subvenção Econômica

	2020	2019
Subvenções/PMV	10.506.938,02	8.027.749,68
<b>Receita Subvenção</b>	<b>10.506.938,02</b>	<b>8.027.749,68</b>

## 23) Receitas Concessões

O valor refere-se às receitas advindas dos Contratos de Concessão de Uso de Bem Público do Município de Vitória, situados na Praia de Camburi, Curva da Jurema, Praça do Papa, Parque Moscoso, dentre outros.

	2020	2019
Receita de concessões	390,863,91	1.018.681,58
<b>Receitas Concessões</b>	<b>390.863,91</b>	<b>1.018.681,58</b>

## 24) Dedução da Receita Bruta

	2020	2019
COFINS s/Concessões	(30.454,69)	(91.235,19)
PIS s/Concessões	(6.611,87)	(19.809,03)
<b>Dedução Receita Concessões</b>	<b>(37.066,56)</b>	<b>(111.044,22)</b>

## 26) Despesas (Receitas) Operacionais

O valor das Despesas Operacionais e Administrativas refere-se basicamente a despesas com Pessoal (R\$ 4.952.091,82) em 2020 e (R\$5.859.892,21) em 2019, Encargos (R\$ 932.848,17) em 2020 e (R\$ 1.396.183,93) em 2019, Contratação de Serviços de Terceiros (R\$ 1.050,462,43) em 2020 e (R\$ 4.284.652,34) em 2019, incluídos valores com Eventos Culturais (R\$2.279.938,02 ) em 2020 e (R\$ 3.611.088,90) em 2019.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Despesas Gerais e Administrativas	(10.246.095,76)	(10.658.834,67)
Depreciação/Amortização	(102.447,25)	(99.287,15)
Despesas Financeiras	(2.460,38)	(48.861,75)
Receitas Financeiras	9.962,47	38.344,33
Outras Receitas Operacionais		1.800.705,27
Despesas com PCLD		(345.118,35)
<b>Despesas (Receitas) operacionais</b>	<b><u>(10.341.040,92)</u></b>	<b><u>(9.313.052,32)</u></b>

#### 27) Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia é tributada pelo Lucro Real Trimestral. O valor apurado de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro refere-se ao Resultado Fiscal do 4º Trimestre do exercício de 2020.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Provisão para Imposto de Renda	147.043,70	35.699,48
Provisão para Contribuição Social	57.255,74	15.011,81
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b><u>204.299,44</u></b>	<b><u>50.711,29</u></b>

Vitória (ES) 31 de dezembro de 2020

**Leonardo Caetano Krolhing**

**Diretor Presidente**

**Rita de Cássia Oliveira Sampaio**

**Diretora Adm. Financeira**



**Notas Explicativas sobre as demonstrações contábeis em  
31 de dezembro de 2020.**

**Cristina Pessotti Bicas**  
**Contador Comercial**  
**CRC-ES 6.898/0-07**

---

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE**  
**PARECER DA AUDITORIA**

Aos Gestores

Ilmos. Srs.

**Diretoria e aos Conselheiros**

**COMPANHIA DESENVOLVIMENTO, TURISMO E INOVAÇÃO DE VITÓRIA - CDTIV**

CNPJ N° 31.482.631/0001-18

**Opinião com RESSALVAS**

Examinamos as Demonstrações Contábeis da **COMPANHIA DESENVOLVIMENTO, TURISMO E INOVAÇÃO DE VITÓRIA - CDTIV**, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as demais Demonstrações Contábeis e Financeiras, a saber, Balanço Patrimonial, DRE - Demonstração Resultado e Exercício, Demonstração do Fluxo de Caixa.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo - "**Base para opinião com ressalva**" - as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, a posição patrimonial e financeira do **COMPANHIA DESENVOLVIMENTO, TURISMO E INOVAÇÃO DE VITÓRIA - CDTIV**, o desempenho de suas operações para o exercício findo nesta data, ou seja, exercício iniciado em 01/01/2020 e encerrado em 31/12/2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis ao setor público - NBC T 16.6 (R1), Lei 6.404/76, Lei 4.320/64 e MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

## **Base para Opinião com Ressalvas**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a **evidência** de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa **opinião**.

- (i) No Balancete Contábil, a **COMPANHIA DESENVOLVIMENTO, TURISMO E INOVAÇÃO DE VITÓRIA - CDTIV** tem um valor de Ativo Imobilizado líquido no montante de R\$ 174.872 (Cento e setenta e quatro mil, oitocentos e setenta e dois reais), porém não existe um inventário patrimonial com aplicação do teste de impairment para o exercício de 2020. Conforme parágrafo (§ 3 do art. 183 da Lei 6.404/1976 é uma regra segunda a qual a companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível para assegurar que os valores contábeis dos bens do Ativo Imobilizado não estejam superiores ao valor de mercado. Somos contundentes nesta ressalva porque sabemos que o teste de impairment terá ações reflexas nas Demonstrações Contábeis da companhia.

---

### **Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Contábeis.**

A administração da **COMPANHIA DESENVOLVIMENTO, TURISMO E INOVAÇÃO DE VITÓRIA - CDTIV** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor Público NBC TSP 16.6 (R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para emitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações Contábeis, a administração é responsável, pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando seus serviços e quando aplicável, reportar os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações Contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Contábeis.

### **Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis.**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevante, independentemente se causada por fraude ou

erro, e, emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorções relevantes nas Demonstrações Contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante, resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

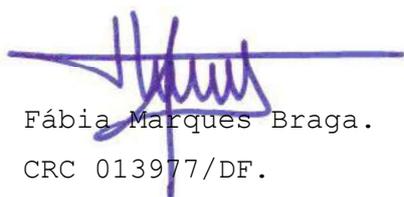
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso pela administração, da base contábil de continuidade operacional, e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Contábeis, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e, comunicamos todos os

eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

9



Atenciosamente,

F bia Marques Braga.  
CRC 013977/DF.

Metr pole Solu es Governamentais.

Responsável Técnica: F bia Marques Braga - CRC 013977/DF - Auditora registrada no IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil sob número 5217 - Auditora registrada no CNAI - Cadastro Nacional de Auditores Independentes sob número 4497.

## **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

*Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, às 10h00, na sede social da Companhia de Desenvolvimento de Vitória – CDTiV, situada na Rua Vitorino Nunes da Motta, nº 220, Andares 7 e 8, Enseada do Suá, nesta Capital do Estado do Espírito Santo, reuni-se o Conselho Fiscal para examinar as Demonstrações Financeiras encerradas em trinta e um de dezembro de dois mil e vinte, bem como o Relatório dos Auditores Independentes. Após a análise dos documentos e das informações contidas no relatório dos auditores independentes os membros do Conselho Fiscal decidiram dar PARECER FAVORÁVEL A aprovação das mesmas.*

**LEONARDO DE RESENDE DUTRA**  
**MIGUEL DOS SANTOS COSTA**  
**ALFREDO SARLO NETO**